

CONVÍVIO E DEPENDÊNCIA

Os Tenetehara-Guajajara

I - INTRODUÇÃO.

Os grupos tribais que vivem no Estado do Maranhão já são todos bastante conhecidos dos Etnólogos. Aí vivem os Guajá, os Urubũ-Kaapor, os Guajajara, os Canela (Ramkokamekra e Apaniekra), os Krikati e os Pukõbye. Os três primeiros são falantes da família lingüística Tupi-guarani e os restantes pertencem à família lingüística Jê.

Tenetehara é a autodenominação geral que abrange os Tembê do Pará e os Guajajara do Maranhão. O objeto deste estudo são os Tenetehara-Guajajara que habitam os vales dos Rios Pindaré, Mearim e Grajaú. Vivem em reservas indígenas, recentemente demarcadas, sob a tutela da Fundação Nacional do Índio (FUNAI), sucessora do Serviço de Proteção aos Índios (SPI) fundado em 1910 e extinto em 1967.

O contato ~~entre~~ os Tenetehara-Guajajara com alienígenas, europeus primeiramente e depois brasileiros, remonta à primeira metade do século XVII, em encontros ocasionais, e à segunda metade desse mesmo século, quando foram missionizados pelos jesuítas. Obviamente que apenas parcelas desses indígenas foram atingidas, uma vez que a maioria vivia em áreas, então, de difícil acesso. Com o correr do tempo o convívio interétnico foi se acentuando, e neste século, em particular na sua segunda metade, essa convivência tornou-se irreversível.

Mesmo traumatizada por todas as vicissitudes sofridas no decorrer de mais de três séculos, a sociedade Tenetehara-Guajajara conseguiu manter sua identidade. Assim, mesmo descaracterizados culturalmente, conservam a língua, o sistema de parentesco, a residência uxorilocal temporária, a descendência bilateral, a poliginia ao lado do casamento predominantemente monogâmico, o xamanismo, a chefia e sua vida econômica, sendo estas

últimas
duas facetas as mais atingidas pela influência da sociedade dominante.

Charles Wagley e Eduardo Galvão, na primeira metade da década de 1940, foram os primeiros pesquisadores de campo que estudaram os Tenetehara-Guajajara. Nessa época, a região habitada por esses índios ainda era grandemente isolada pela distância, ausência de rodovias, ~~pe~~ falta de interesse econômico, além de uma rarefeita população. Com a conclusão de Brasília, a nova Capital do país, localizada no Planalto Central, foi iniciada a construção da rodovia Belém-Brasília. Em seguida, a ação governamental voltou-se para a Amazônia, onde foram introduzidos os chamados incentivos fiscais, com o objetivo de estimular projetos agropecuários e industriais (Lei nº 5.174 de 27/10/66). Na atualidade, a abertura de rodovias interestaduais e intermunicipais possibilitou a comunicação terrestre durante todo o ano. O sensível aumento demográfico regional, a dinamização das atividades econômicas e dos modernos meios de comunicação mudaram a face do panorama anterior.

A pesquisa de campo em que está baseado este trabalho foi efetuada em três etapas ^{durante os anos de} em 1977 (janeiro e setembro-novembro) e 1979 (janeiro). Abrangeu todas as reservas habitadas pelos Tenetehara-Guajajara, embora estas não tenham sido investigadas em sua totalidade. Foram pesquisadas apenas grupos locais sob a jurisdição dos postos indígenas Arariboia (aldeia Funil), Bacurizinho (aldeias Ipũ, Bacurizinho e Cocal), Guajajara (aldeias São Pedro e Colônia) e Pindaré (aldeias Januária e Piçarra Preta), respectivamente localizadas nas reservas indígenas Arariboia (município de Amarante), Bacurizinho (município de Grajaú), Guajajara (município de Barra do Corda) e Pindaré (município de Bom Jardim). Não fizeram parte da amostragem as aldeias sob a jurisdição dos postos indígenas Cana Brava (reserva Guajajara), Angico Torto e Canudal (ambos na reserva Arariboia). Além da observação direta e das entrevistas com membros das sociedades indígena e brasileira, foram manuseados os arquivos dos postos indígenas visitados, da ajudância de Barra do Corda e da 6ª Delegacia Regional da Funai, em São Luiz. Ao lado dos informes colhidos diretamente no

campo, através de procedimentos formais e informais, foram consultadas fontes bibliográficas e, em particular, a modelar monografia de Wagley e Galvão.

II - A SITUAÇÃO REGIONAL.

Os Estados do Maranhão e do Piauí apresentam-se como área de transição entre a Amazônia, o Brasil Central e o Nordeste, denominada Meio Norte.

O Maranhão limita-se ao norte com o Oceano Atlântico, a leste e a sudeste com o Piauí, a sul e sudoeste com Goiás e a oeste com o Pará. Sua extensão territorial atinge 324.616 km². Está dividido em sete regiões ecológicas, a saber: Litoral, Baixada, Cerrado, Cocais, Prê-Amazônia, Chapadões e Planalto.

O clima maranhense apresenta-se em três tipos: equatorial, tropical úmido e tropical. O clima equatorial ocorre na hiléia maranhense que domina o nordeste do Estado, com características idênticas durante o ano inteiro e intensas precipitações; o clima tropical úmido abrange toda a faixa litorânea, a região da baixada, a região dos cocais (exceto a área de clima equatorial), a região dos chapadões do centro-sul e trechos do leste dominados pelos cerrados; o clima tropical tem sua ocorrência no centro-sul e sudoeste, nas regiões situadas no médio e alto Parnaíba.

Como é historicamente sabido, foram os franceses que fundaram São Luiz que, mais tarde, tornou-se a capital do Maranhão. Aí aportaram em 1612 e em 1615 foram expulsos pelos Lusos. Na ilha do Maranhão, os franceses encontraram índios Tupinambá que não lhes ofereceram resistência ~~e~~ nem tampouco aos portugueses, posteriormente. Mas, havia índios hostis, inimigos dos Tupinambá, que com a chegada dos europeus refugiaram-se para o interior, de difícil acesso. Mesmo assim, os europeus escravizaram e massacraram índios que se opunham aos seus interesses, livrando-se apenas aqueles que habitavam acima dos trechos facilmente navegáveis dos rios Itapecuru, Meirim e Pindaré. A dependência do trabalho indígena perdurou até meados do século XVIII, quando o fluxo de escravos negros para o Maranhão se regularizou. Devido às condições propícias de navegabili-

dade, os estabelecimentos coloniais foram localizados na faixa costeira e no vale do Rio Itapecurū. O sul Maranhense, denominado Pastos Bons pela frente pecuarista baiana, foi ocupado em meados do século XVIII. Daí saíram expedições em várias direções e, simultaneamente, novos criatórios bovinos foram formados. Porto da Chapada, atual Grajaú, no leste do Estado, surgiu em 1811 como consequência desses avanços partidos de Pastos Bons. A expansão pastoreil continuou durante a primeira metade e até parte da segunda metade do século XIX. Barra do Corda, também a leste, foi fundada em 1840 à margem do Rio Corda, afluente do Mearim. Todavia, devido à aproximação da floresta da pré-amazônia a oeste e dos vales úmidos (Mearim, Grajaú, Turiaçu e Pindaré) a leste, além da resistência dos Jê-Timbira, a expansão foi obrigada a diminuir o seu ritmo.

O avanço proveniente do litoral só conseguiu atingir, efetivamente, o baixo e médio Itapicurū e o baixo Turiaçu e Pindaré, até as primeiras décadas deste século. Fora o cultivo do algodão que motivara essa expansão, que sofreu verdadeiro colapso em consequência da guerra de secessão dos Estados Unidos e do interesse da Europa pelo algodão egípcio. O resultado foi a estagnação dos núcleos urbanos em cujos municípios essa planta era cultivada.

Até a década de 1930, a economia do Maranhão era uma consequência direta da pecuária extensiva, do surto algodoeiro do século XIX e da indústria têxtil iniciada em fins desse mesmo século. As áreas produtoras, caracterizadas pela concentrada propriedade da terra, estavam situadas principalmente no baixo Mearim, Itapicurū e no baixo Parnaíba. Toda a produção era escoada em transportes fluviais para São Luiz, de onde era exportada por via marítima. Por sua vez, a pecuária extensiva, iniciada na primeira metade do século XVIII, através de criadores baianos que introduziram seus gados inicialmente em Pastos Bons, estava localizada nas chapadas do sul e do sudoeste maranhense.

Na década de 1940, a produção algodoeira começou seu declínio. A indústria têxtil conseguiu ainda manter alguma importância econômica. A pecuária extensiva, porém, ficou estagnada. A

partir daí, tornou-se dominante o extrativismo vegetal, particularmente do babaçu, produto essencialmente de exportação.

Na década de 1950, o babaçu e o arroz tornaram-se os principais produtos. Este fato mudou a situação reinante, não só pela necessidade de alargamento do espaço a ser trabalhado, mas também, da reestruturação do sistema econômico tradicional. Ao lado disso, como coadjuvante e como consequência o transporte rodoviário rompeu o isolamento até então existente. Contudo, se as rodovias então implantadas fortaleceram o sistema de trocas internas e a diversificação dos centros mercantis, em contrapartida, propiciaram o engajamento regional a poderosos polos comerciais fora do Estado. Evidentemente que, diante desta inovadora situação, São Luiz teria que ficar à margem, devido à sua posição periférica em relação aos novos mercados.

Da década de 1960 em diante, e com maior evidência na década de 1970, as lavouras de arroz vêm sendo substituídas gradativamente pela pecuária, particularmente no médio Mearim e na região de Imperatriz. As empresas pecuárias e agro-pecuárias de grande porte se caracterizam pela racionalidade, devendo-se sua implantação à política dos incentivos fiscais desenvolvida pela Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) e pela Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE).

No que diz respeito às indústrias, pode-se dizer que voltam-se particularmente para o beneficiamento da produção agrícola. São pequenas empresas semi-artesaniais e poucas indústrias de transformação de realce, restringindo grandemente a absorção de mão-de-obra. Todavia, a iniciativa governamental tem proporcionado grandes obras com apoio de órgãos oficiais de financiamento, incrementando assim a atividade industrial.

III - OS TENETEHARA-GUAJAJARA.

III.1. Aldeias.

A pesquisa de campo em que se baseia este trabalho abrangeu as seguintes aldeias: Funil, na reserva Arariboia, município de Amarante do Maranhão; Ipu, Bacurizinho e Cocal, na reser

va Bacurizinho, no município de Grajaú; São Pedro e Colônia, na reserva Guajajara, no município de Barra do Corda; Januária e Piçarra Preta, na reserva Pindaré, no município de Bom Jardim. Deve-se frisar, contudo, que as permanências e ^a maior profundidade de observação direta ocorreram nas aldeias em que estão sediados os postos indígenas, através dos quais o órgão protecionista localmente exerce sua tutela, que são as seguintes: Funil (P.I. Arariboia); Ipũ (P.I. Bacurizinho), São Pedro (P.I. Guajajara) e Januária (P.I. Pindaré).

A aldeia Funil está localizada na margem esquerda do Rio Buriticupã, afluente do Pindaré, distando acerca de 30 quilômetros da cidade de Amarante do Maranhão. As aldeias Ipũ, Bacurizinho e Cocal situam-se na margem direita do Rio Mearim, estando próximas entre si; de Ipũ à cidade de Grajaú, a distância a percorrer é de cerca de 24 quilômetros. As aldeias São Pedro e Colônia, também próximas uma da outra, estão localizadas, respectivamente, na margem esquerda e direita do Mearim; São Pedro dista cerca de 60 quilômetros da cidade de Barra do Corda. Finalmente, Januária e Piçarra Preta, a pouca distância uma da outra, estão localizadas na margem direita do Rio Pindaré, ficando aproximadamente a 28 quilômetros de Bom Jardim, a cujo município pertencem, e a apenas 12 quilômetros da cidade de Santa Inês.

Todas essas aldeias estão ligadas às respectivas sedes dos municípios onde estão situadas, através de estradas de terra carroçáveis, com exceção de Januária e Piçarra Preta que estão ligadas às cidades de Bom Jardim e Santa Inês pela BR-316, asfaltada e que atravessa a reserva Pindaré rente às casas indígenas.

Nessas aldeias o casario é enfileirado, as casas são retangulares e o teto de duas águas. A cobertura e as paredes são feitos com folhas de babaçu ou de inajá. Essas moradas, embora semelhantes às dos regionais da zona rural ou das periferias urbanas, diferem pela ausência ou menor número de janelas e divisões internas.

Todas as aldeias têm seu chefe político, chamado "Capitão", com exceção de Cocal (politicamente unida à aldeia Bacurizinho) e Piçarra Preta (politicamente unida à aldeia Januária).

Nesses aldeamentos há escolas, nas quais lecionam indígenas chamados "monitores bilingües", excetuando-se Cocal e Pi-

çarra Preta cujas crianças e jovens estudam, respectivamente, nas aldeias Bacurizinho e Januária, embora nesta só tenham lecionado alienígenas, estando sem professor no período da pesquisa.

III.2. Situação Econômica.

Os recursos econômicos dos Tenetehara-Guajajara são trabalho, terra, agricultura, caça, pesca e coleta. A força do trabalho é voltada para a produção interna do grupo e para venda aos regionais, o que tem diminuído muito nos últimos anos por determinação do órgão protetor. A terra disponível está compreendida nos limites das reservas. A agricultura continua predominantemente de subsistência, com reduzido montante para venda. A caça é a atividade mais importante depois da agricultura. A pesca e a coleta de frutos comestíveis são menos importantes, embora esta última não seja desprezível. O extrativismo vegetal também é praticado para fins comerciais com os regionais, particularmente o coco^{de} babaçu na reserva Pindaré. Para a confecção de suas casas, utilizam as folhas das palmeiras^{de} babaçu e inajá.

O cultivo ocupa o esforço dos membros das famílias elementares, havendo a chamada "troca de dia" entre componentes de parentelas e, ocasionalmente, o trabalho remunerado. O alimento diário é a farinha de mandioca em associação com carne ou peixe, mas principalmente na forma de "chibé", isto é, misturada com água. Plantam a mandioca mansa que serve para fazer mingau e a mandioca brava de que confeccionam a farinha. As outras plantas são milho, feijão, abóbora, cará, melancia, amendoim, fumo, algodão, arroz, banana, mamão, etc.

As roças são medidas em "linhas", o equivalente a 25 braças quadradas ou aproximadamente 2.500 m². Os instrumentos usados na faina agrícola são: machado, facão, enxada. As primeiras plantações são feitas no mês de novembro, quando ocorrem as primeiras chuvas.

A caça de animais silvestres é muito praticada, porém não dão ênfase à pesca; mas a coleta de frutos comestíveis contribui bastante para a subsistência, porém sua maior ocorrência

é na estação chuvosa, de dezembro a junho.

Homens e mulheres, principalmente estas ^{últimas} estão se dedicando à confecção de peças de artesanato para a venda aos regionais e ^{ou} outros interessados. As redes de dormir são feitas com grande esmero. Nos últimos anos o Funrural em convênio com a FUNAI tem aposentado todos os indivíduos maiores de 65 anos, de ambos os sexos, e as viúvas. A venda de animais domésticos também é feita, pois existem em todas as aldeias, em maior ou menor escala.

A maioria dos objetos usados é obtida através do comércio com os regionais. Nas casas pode haver maior ou menor número de bens manufaturados, os quais geralmente são constituídos de equipamento para obtenção da subsistência, utensílios domésticos e vestuário.

A divisão de trabalho entre os sexos, certamente devido ao prolongado contato interétnico, já não segue a rigidez de outrora. Atualmente os homens fazem muitas tarefas que eram exclusivas da mulher, principalmente no que diz respeito ao fabrico da farinha de mandioca. Na reserva Pindaré ambos os sexos, adultos e crianças, dedicam-se à quebra do coco ^{de} babaçu, cuja amêndoa é vendida ao comércio regional.

III.3. Organização Social.

O sistema de parentesco dos Tenetehara-Guajajara continua operativo. Na primeira geração ascendente há fusão terminológica, pois o irmão do pai é chamado pai e a irmã da mãe é designada mãe. O irmão da mãe e a irmã do pai, contudo, recebem termos específicos. Na geração de ego, os primos paralelos e cruzados matrilaterais e patrilaterais são identificados como irmãos, equivocando à terminologia do tipo hawaiano da classificação de Murdock. Nas gerações alternadas também há fusão terminológica, pois os pais dos pais são chamados avós e os filhos dos filhos são chamados netos. A descendência é bilateral, isto é, enfatizam ^o parentesco com a parentela de ambos os pais. Praticam a matrilocidade e a uxorilocalidade temporária.

Os Tenetehara-Guajajara praticam predominantemente o

casamento monogâmico e, em menor escala, a poliginia simples e sororal. Todavia, a união entre parentes próximos, tais como primos paralelos e cruzados, irmão da mãe e filha da irmã, etc., é proibida. Se, contudo, esse parentesco for distante, nada impede o casamento; a palavra moetehara é indicativa de parentes distantes, quando acrescentada ao termo de parentesco. Wagley e Galvão referem ~~que~~ que após o pai ter escolhido o futuro genro, chama-o e discute a possibilidade do casamento. Se houver concordância, o genro transporta seus pertences para a casa do sogro, passando desde então a cooperar com ele ou com a parentela da esposa nas diversas atividades. Afirmam, esses autores, que o rapaz também podia escolher uma esposa pela sua própria iniciativa. Os casamentos podem ocorrer durante a chamada "festa do moqueado", rito de passagem das adolescentes para a vida adulta. Essas uniões ocorrem muito cedo, as moças entre 13 e 15 anos e os rapazes entre 16 e 18 anos e, em alguns casos, com menor idade ainda uns e outros. Geralmente os casamentos são efetuados entre pessoas da mesma aldeia ou de grupos locais vizinhos. Atualmente, pelo menos nas aldeias-sedes dos postos ~~vizinhos~~ ou naquelas que ficam próximas ^{deles}, o casamento é formalmente feito pelo encarregado do posto indígena que registra o acontecimento num livro próprio. Após o nascimento do primeiro filho o casal pode deixar a residência uxorilocal, indo morar perto de sua própria parentela ou construir ^{ndo} uma casa contígua à do sogro ou mesmo continuar residindo com este. Aqueles que praticam a poliginia são, em geral, líderes de grandes parentelas e suas esposas têm parentesco consaguíneo. Há casos de um indivíduo primeiramente casar com uma viúva e, posteriormente, casar também com a filha desta ou alguma sua parenta próxima. Na aldeia São Pedro há um indivíduo casado com uma viúva, com a filha dela e com outra mulher vinda de outra aldeia. Nessa mesma aldeia o chefe político, "Capitão", pratica a poliginia sororal, tendo duas irmãs como co-esposas. Na aldeia Colônia o "Capitão" possui quatro esposas, parentas entre si, tendo a mais jovem, em 1977, apenas 13 anos de idade. Na aldeia Funil há um indivíduo que pratica também a poliginia sororal, tendo duas irmãs como co-esposas. Igualmente na aldeia Januária há um homem com duas esposas, não irmãs, mas ao contrário dos demais casos em que a morada era única, as duas co-esposas moravam em casas separadas. Wagley e Gal-

10
vão (1955:39) relatam que: "Atualmente a poliginia é proibida pelo SPI. Quando nos demoramos no Posto Gonçalves Dias (agora denominado Pindaré, ESD), dois Tenetehara foram ameaçados de prisão pelo encarregado, porque possuíam mais de uma esposa. Na aldeia Januária, porém, sob as vistas do administrador, um Tenetehara vivia com duas esposas. Convencera ao administrador que a mulher mais velha era a esposa, a mais moça, filha desta. Seus companheiros, porém, insistiam em que ambas eram suas esposas". Em suma, um grupo doméstico Tenetehara-Guajajara é, via de regra, constituído por um casal e seus filhos solteiros e/ou recém-casados. Os desvios da norma ocorrem, mais freqüentemente, quando há casamentos políginos; quando o casamento se dissolve pela morte de um dos cônjuges e o cônjuge sobrevivente não casa; ou, ainda, no caso de residência uxorilocal se prolongar após o nascimento do primogênito do casal. Evidentemente que os casamentos também se dissolvem pelo divórcio, mas comumente os cônjuges separados casam-se com novos parceiros.

IV - CONVÍVIO E DEPENDÊNCIA.

O convívio dos Tenetehara-Guajajara com os europeus efetivamente ocorreu pelos meados do século XVII, quando em 1653 os jesuítas iniciaram a catequese daqueles que habitavam o baixo Rio Pindaré, a qual se prolongou até sua expulsão em 1759. Há uma referência anterior de que os franceses, em 1615, antes da sua expulsão da ilha do Maranhão, teriam contactado índios no alto Pindaré, certamente Tenetehara-Guajajara. Somente no século XIX aparecem as primeiras referências aos Tenetehara-Guajajara que viviam às margens dos rios Mearim e Grajaú.

A partir do final do século XVIII, os "civilizados" passaram a invadir a área habitada pelos Tenetehara-Guajajara do alto do Rio Pindaré. Aí foram fundados povoados, sendo comum nessa época as uniões entre homens "brancos" e mulheres índias. Os homens eram aproveitados como mão-de-obra na coleta da borracha e como tripulantes das canoas de transporte.

Na primeira metade da década de 1940, época da pesquisa de campo de Wagley e Galvão, a área habitada pelos Tenetehara-Guajajara era isolada, oferecendo pouco interesse econômico. Porém, a partir de 1960, esse marasmo foi substituído, gradativamente, pelo dinamismo comercial advindo em consequência da abertura de ro

dovias intermunicipais ligadas às rodovias interestaduais. Aumentou o número de veículos motorizados, possibilitando o tráfego terrestre durante todo o ano, o que era impossível anteriormente. O contingente demográfico cresceu sensivelmente, intensificaram-se as trocas comerciais e a especulação imobiliária, grandes projetos agro-pastoris foram incentivados pela ação governamental. A população que, em 1940, era de 1.231.955 pessoas, atingiu a cifra de 4.002.599 indivíduos, segundo dados do recenseamento de 1980. Por seu turno, a população Tenetehara-Guajajara que, em 1940, era de 2.000 ^{línguas indígenas,} atualmente é calculada em cerca de 5.000. ~~indígenas~~

A nova situação criou muitas dificuldades para os agricultores pobres, que foram expulsos para novas áreas, inclusive tornando-se posseiros de terras dos Tenetehara-Guajajara, fato que, nos últimos anos, antes das recentes demarcações das reservas, gerou graves conflitos entre esses indígenas e os pequenos lavradores. No Maranhão ocorreu grande ~~exacerbação~~ ^{exacerbação} de conflitos pela posse da terra, pela não legalização da situação fundiária dos seus ocupantes de pequeno poder aquisitivo e pela ação incontrolada da grilagem cartorial.

Apesar das mudanças ocorridas na ambiência regional, desde a primeira metade da década de 1940 até o final da década de 1970, os Tenetehara-Guajajara, como um todo, continuam vivendo preponderantemente de acordo com seus sistemas adaptativo, associativo e ideológico, ~~semelhantemente~~ tal como foram registrados por Wagley e Galvão, referente à parcela que vivia no rio Pindaré.

Evidentemente que a intensificação do convívio intersocietário com membros da sociedade regional, envolvente e dominante, causou sérios transtornos para o sistema social tribal no conjunto. Mas, por outro lado, os litígios e situações conflitantes pela posse das terras que tradicionalmente habitam, lhes proporcionou uma grande coesão interna. Esta coesão possibilitou uma reação firme e até belicosa contra os invasores e, também, solidificou as condições para pressionar o órgão protecionista, ajudados pela opinião pública esclarecida dos grandes centros citadinos, a demarcar suas reservas. Estas, ~~constituem~~ ^{constituem}, certamente, um fator preponderante para ¹⁹revigoração e ¹⁰revivescência de seus pa

drões culturais, em moldes tribais. A isso deve-se acrescentar a persistência dos meios tradicionais de sustento cotidiano que contribuem para a manutenção de seu modo de vida peculiar. Pode-se afirmar, baseado na pesquisa empírica, que os Tenetehara-Guajajara nos dias de hoje, no conjunto tribal, não apresentam modificações em sua organização econômico-social de grande monta, apesar de nesses quase quarenta anos terem sido removidas muitas barreiras no sentido da modernização da área em que vivem.

V - CONCLUSÃO.

Ao contrário da expectativa de grande mudança na sociedade Tenetehara-Guajajara no decorrer de quase quarenta anos, devido às transformações ocorridas na ambiência regional, o que se percebe é uma tendência ao reavivamento dos padrões tradicionais da cultura indígena. Isto se percebe facilmente não só pela manutenção da língua indígena ^{em} ~~entre~~ si, mas também na ênfase do xamanismo e do ritual de iniciação das jovens. De imediato verificase, no convívio diário, ~~a~~ ^{manutenção da} solidariedade tribal ^{na} ~~em~~ defesa das terras frente aos invasores ou pretensos proprietários de faixas que adentram as reservas, pois têm plena consciência ^{de} que elas são fundamentais para sua sobrevivência como grupo.

A economia de subsistência, baseada na agricultura de derrubada e queima ^{da}, na caça e secundariamente na coleta e na pesca, continua sendo completamente operada pelos Tenetehara-Guajajara. Mas, ao lado disso, vendem o pequeno excedente e, às vezes, sacrificam o próprio auto-consumo para obter bens manufaturados. A venda da força de trabalho em atividades braçais foi diminuída, pela proibição do órgão protetor. Todavia, o artesanato, embora nem sempre com o esmero desejável quanto à durabilidade, carrega dinheiro para compra ^{de} ~~de~~ ^{bens que atendam as} necessidades advindas com o convívio interétnico.

Decorridos cerca de quarenta anos da pesquisa de Wagley e Galvão, com exceção ^{da} ~~de~~ integração efetiva de alguns indivíduos, ~~os~~ ^{como grupo,} os Tenetehara-Guajajara mantêm seus padrões culturais tradicionais, mesmo sem abdicar dos bens manufaturados obtidos com os "brancos" e da "proteção" governamental, através dos

postos indígenas da FUNAI. Obviamente que a ambivalência de comportamento, própria de quem tem que viver e se adaptar a dois mundos culturais diferentes, é a tônica mais evidente no processo de interação econômico-social que vêm enfrentando há três séculos. Daí a afetação sofrida nos domínios ergológico, associativo e ideológico, fato que se reflete em todo o sistema social indígena.

B I B L I O G R A F I A

BETTENDORF, João Felipe

- 1910 - "Crônica da Missão dos Padres da Companhia de Jesus no Estado do Maranhão". Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, vol. LXXXII, parte I.

ABBÉVILLE, Claude D'

- 1945 - História da Missão dos Padres Capuchinhos na Ilha do Maranhão (Paris, 1614). São Paulo.

DINIZ, Edson Soares

- 1982 - Os Índios Tenetehara-Guajajara e seu convívio com os Regionais. UNESP, Publicação Avulsa nº 38, série Etnologia nº 02. Marília, São Paulo.

DINIZ, Edson Soares & LAIS M. Cardia

- 1979 - "A situação atual dos índios Tenetehara". Revista de Antropologia, vol. XXII. São Paulo.

F.I.B.G.E.

- 1981 - Sinopse preliminar do censo demográfico. IX Recenseamento Geral do Brasil (1980), vol. I, tomo I, nº 1. (Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). Rio de Janeiro.

MURDOCK, George P.

- 1966 - Social Structure. 2ª ed. MacMillan. New York.

WAGLEY, Charles & Eduardo Galvão

- 1955 - Os Índios Tenetehara (Uma cultura em transição). Ministério da Educação e Cultura. Rio de Janeiro.